

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001615-83.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **JEAN CARLOS SANTOS DE SÁ**
Requerido: **Magazine Luiza S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que teve crédito negado pela ré, em razão de um débito que havia pendente em seu nome o qual alega estar quitado.

Requer a declaração da inexigibilidade do débito e o recebimento de indenização por danos morais.

Já a ré em contestação reafirmou a legitimidade das medidas adotadas frente a situação posta, tendo em vista que o autor não é adimplente com suas obrigações nas datas aprazadas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O autor instado a se manifestar propósito da contestação da ré, bem como para trazer aos autos os comprovantes de pagamento que alegou ter feito em favor da ré, mas permaneceu silente (fl.40).

Instado ainda a esclarecer seu interesse na produção de outras provas, mas não se manifestou. (fl. 48)

Ou seja, deixou de demonstrar os fatos constitutivo do seu direito, o que leva à rejeição do pedido inicial.

No mesmo sentido deixou de comprovar quais os danos morais que tivesse suportado em razão dos fatos aqui articulado.

As questões apontadas não eram complexas e tampouco exigiam conhecimento técnico para que fossem aclaradas, mas mesmo assim a dúvida suscitada persistiu.

Como se vê, ao contrario, a explicação da ré é pertinente mesmo porque não há nada nos autos que pudesse levar a conclusão contrária.

Restou patenteado que a ré não obrou de maneira irregular, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA